

Alerta Legislação nº 41, de 10 a 15 out. 2016

Boletim semanal

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ LEI Nº 13.348, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Altera as Leis nºs [12.722, de 3 de outubro de 2012](#), que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e as crianças com deficiência e estabelecer novas regras de repasse do apoio financeiro, e [11.494, de 20 de junho de 2007](#), que "Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e [10.195, de 14 de fevereiro de 2001](#)"; revoga dispositivos das Leis nºs [9.424, de 24 de dezembro de 1996](#), [10.880, de 9 de junho de 2004](#), e [10.845, de 5 de março de 2004](#); e dá outras providências".

■ LEI Nº 13.345, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

Altera a [Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003](#), cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

■ DECRETO Nº 8.875, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Revoga o [Decreto nº 8.129, de 23 de outubro de 2013](#), que institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal e dispõe sobre a atuação da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para o desenvolvimento dos sistemas de transportes ferroviário.

■ DECRETO Nº 8.874, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do disposto no art. 2º da [Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011](#), e revoga o [Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011](#).

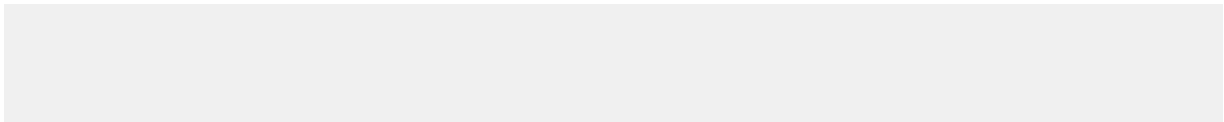
Prefeitura de São Paulo

■ DECRETO Nº 57.379, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016

Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva.

■ DECRETO Nº 57.377, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016

Estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para Habitação de Interesse Social, Habitação de Mercado Popular, além de Empreendimento de Habitação de Interesse Social, Empreendimento de Habitação de Mercado Popular e Empreendimento em Zona Especial de Interesse Social, nos termos das [Leis nº 16.050, de 31 de julho de 2014](#) - PDE, e [nº 16.402, de 22 de março de 2016](#) - LPUOS.



LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
14/10/2016	<u>DECRETO Nº 8.876, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989
Edição Extra 13/10/2106	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 749, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro, pela União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2016, com o objetivo de fomentar as exportações do País.
13/10/2016	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 748, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. <u>LEI Nº 13.345, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.875, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Revoga o Decreto nº 8.129, de 23 de outubro de 2013, que institui a política de livre acesso ao Subsistema Ferroviário Federal e dispõe sobre a atuação da Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. para o desenvolvimento dos sistemas de transportes ferroviário. <u>DECRETO Nº 8.874, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, para efeito do disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e revoga o Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011. <u>DECRETO Nº 8.873, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o Decreto nº 8.648, de 28 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização - PND do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX, instituído pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, e da Caixa Instantânea S.A.

11/10/2016	<u>LEI Nº 13.348, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera as Leis nºs 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil, para incluir as crianças beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC e as crianças com deficiência e estabelecer novas regras de repasse do apoio financeiro, e 11.494, de 20 de junho de 2007, que "Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências". <u>LEI Nº 13.347, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.345, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.872, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA MARINHA (CM) ↳ Gabinete do Comandante <u>PORTARIA Nº 309/MB, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Cria a Diretoria Industrial da Marinha e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº308/MB, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Cria o Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro e dá outras providências. COMANDO DO EXÉRCITO (COMEXE) ↳ Gabinete do Comandante <u>PORTARIA Nº 1.300, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Aprova o Estatuto da Fundação Habitacional do Exército.
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.152, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam redistribuídos, do Ministério da Educação - MEC para as Instituições Federais de Ensino - Ifes, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo I a esta Portaria.

	(...) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 20, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o procedimento de redução de vagas de cursos de graduação, ofertados por Instituições de Ensino Superior – IES integrantes do Sistema Federal de Ensino, e altera a Portaria Normativa nº 10, de 6 de maio de 2016. <u>PORTARIA Nº 1.149, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Ficam retificados os dados finais do Censo Escolar 2015 com base nos resultados da correção de dados realizada pelo sistema municipal de educação de São Caetano, no período de 22 de julho a 16 de setembro de 2016, por meio do Sistema Educacenso de responsabilidade do IN E P. (...) <u>PORTARIA Nº 1.145, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Institui o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. <u>PORTARIA Nº 1.144, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. <u>PORTARIA Nº 1.114, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera dispositivos da Portaria MEC nº 1.095, de 27 de agosto de 2010(*). (*) <i>Estabelece critérios e procedimentos específicos de atribuição da Gratificação de Desempenho de Atividades Especializadas e Técnicas de Informações e Avaliações Educacionais - GDIAE e da Gratificação de Desempenho de Atividades de Estudos, Pesquisas e Avaliações Educacionais - GDINEP, no âmbito do Inep.</i> COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 174, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Cria as áreas de avaliação de Filosofia e de Teologia.
Ministério da Fazenda (MF)	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) → Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 19, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA Nº 967, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Regulamenta as medidas de estímulo à liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União, nos termos da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016 SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1664, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.455, de 6 de março de 2014, que dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda na fonte sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior nas

	hipóteses que menciona.
Ministério da Justiça e Cidadania	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 905, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre o cadastramento de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente para encaminhamento à Secretaria da Receita Federal do Brasil.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.849, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Habilita recebimento de incentivo de custeio para polos do Programa Academia da Saúde em Municípios com NASF implantado. <u>PORTARIA Nº 1.848, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Aprova o repasse dos recursos financeiros de custeio referente ao terceiro ciclo de monitoramento do ano de 2016 aos municípios habilitados no Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS dos anos de 2012, 2013 e 2014. <u>PORTARIA Nº 1.845, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Habilita Municípios no Programa "De Volta Para Casa". <u>PORTARIA Nº 1.844, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> Redefine a atuação e dá diretrizes para o funcionamento dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS). <u>PORTARIA Nº 1.835, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Aprova a adesão de entes federativos à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA Nº 1.830, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Estabelece recurso anual do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação-FAEC, a ser adicionado aos limites financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinado ao custeio do reajuste dos valores de procedimentos de Terapia Renal Substitutiva na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA Nº 1.829, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera o anexo da Portaria nº 3.010/GM/MS, de 10 de dezembro de 2013, que estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao Limite Financeiro Anual de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios. <u>PORTARIA Nº 1.828, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Estabelece, para efeitos orçamentários, a plurianualidade das portarias que habilitaram os Municípios a receberem o incentivo para a atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC)

	<u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 116, DE 7 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, publicada no DOU Nº 25, de 5 de fevereiro de 2016, págs. 67 a 92, que aprova e promulga o Regimento Interno da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. ↪ Diretoria de Controle e Monitoramento Sanitários <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.253, DE 19 DE AGOSTO DE 2016 (*)</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida acauteladora, a suspensão de todas as propagandas e publicidades, em qualquer mídia, que atribuam propriedades de saúde, terapêuticas, ou funcionais não autorizadas, aos produtos divulgados ou comercializados pela empresa PHOTON NEGÓCIOS DE SAÚDE E BEM ESTAR LTDA (CNPJ 16.960.794/0001-75), nome Fantasia HEALWHEEL COMÉRCIO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES DO BRASIL sito à Rua Luis Anhaia, 77, Vila Madalena, São Paulo/SP. (...) (*) Republicada por ter saído no DOU de 22 /8/ 2016, Seção 1, pág. 61, com incorreção no original.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 503, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> Dispõe sobre a alocação de recursos destinados ao Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.
Ministério de Minas e Energia (MME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 494, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, denominado Leilão "A-1", de 2016. (...)
Ministério do Esporte (ME)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 375, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016</u> Altera a Portaria nº 120, de 3 de Julho de 2009, que dispõe sobre a tramitação, a avaliação e a aprovação do enquadramento dos projetos desportivos ou paradesportivos, bem como a captação, o acompanhamento e monitoramento da execução e da prestação de contas dos projetos devidamente aprovados (...)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º A Instrução Normativa nº 5, de 20 de março de 2014, que acrescentou a atividade de troca de óleo lubrificante no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: (...)

	<u>PORTARIA Nº 2, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016</u> Modifica a composição do Conselho Consultivo da Reserva Biológica do Rio Trombetas no Estado do Pará (Processo nº 02121.010584/2016-56)
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 296, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016</u> (...) Art. 1º Fica atribuída, em caráter excepcional, à Agência Brasileira de Inteligência a prerrogativa de realizar procedimentos para aquisição e contratação dos serviços que visem à obtenção de passagens aéreas para voos domésticos e internacionais, para atender exclusivamente a demandas no seu âmbito de atuação, observado o disposto nas normas vigentes que dispõem sobre diretrizes e procedimentos para aquisição de passagens aéreas pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. (...)
Ministério do Trabalho	SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 127, DE 30 DE SETEMBRO 2016</u> Dispõe sobre a fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar n.º 110, de 29 de junho de 2001.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
15/10/2016	DECRETO Nº 62.218, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016 Regulamenta o artigo 12 da Lei Complementar nº 1.270, de 25 de agosto de 2015, que dispõe sobre o Conselho da Procuradoria Geral do Estado DECRETO Nº 62.216, DE 14 DE OUTUBRO DE 2016 Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório dos ingressantes nos cargos de Diretor de Escola do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, prevista na Lei Complementar nº 1.256, de 6 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 147, DE 14-10-2016</u> Altera e exclui dispositivos da Resolução SAP 144, de 29-06-2010

	O Secretário de Estado da Administração Penitenciária resolve: Artigo 1º - Alterar o artigo 103 e excluir o seu parágrafo único, o artigo 104 e o artigo 108, todos da Resolução SAP 144, de 29-06-2010 que institui o Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo, que passam a vigorar com as seguintes redações: (...)
Desenvolvimento o Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>PORTARIA CEETEPS-GDS 1453, DE 13-10-2016</u> Estabelece normas para a concessão de isenção ou redução do pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Vestibular – 1º Semestre de 2017, das Faculdades de Tecnologia
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 56, DE 14-10-2016</u> Dispõe sobre perfil, competências e habilidades requeridos dos Diretores de Escola da rede estadual de ensino, e sobre referenciais bibliográficos e legislação, que fundamentam e orientam a organização de concursos públicos e processos seletivos, avaliativos e formativos, e dá providências correlatas COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESCOLARES (CISE) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA CISE-1, DE 13-10-2016</u> Dispõe sobre Procedimentos para Emissão de Atestado de Capacidade Técnica
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SJDC 10, DE 4-10-2016</u> Aprova o modelo de Carteira de identificação dos Juízes de Casamento e Suplentes e dá outras providências
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 82, DE 14-10-2016</u> Estabelece os procedimentos e preços públicos a serem pagos em razão da utilização de áreas do Parque Dr. Fernando Costa, da Coordenadoria de Parques Urbanos - CPU, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por associações e outras entidades que já ocupavam essas áreas quando o Parque era gerido pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento <u>RESOLUÇÃO SMA - 80, DE 10-10-2016</u> Constitui Grupo de Trabalho para desenvolver estudos e propor ações de proteção, conservação e desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira

Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS – 85, DE 14-10-2016</u> Estabelece a transferência, mediante adesão municipal, de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente a ações de Atenção Básica à População Privada de Liberdade e dá providências correlatas. <u>RESOLUÇÃO SS-84, DE 11-10-2016</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º do Artigo 6º da Lei Complementar 846, de 04-06-1998 e dá providencias correlatas
Universidade de Campinas (UNICAMP)	REITORIA <u>DELIBERAÇÃO DA 316ª SESSÃO DE 4-10-16</u> (Publicada no D.O. de 14-10-16 - Retificação) Programa de Certificação da Universidade - Aprovado 1-P-483-14 – Alteração da Certificação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Universitário <u>DELIBERAÇÕES DA 148ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 27-9-16</u> Consulta à Comunidade para Escolha do Reitor <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-19, DE 4-10-2016</u> Dispõe sobre a implantação de uma Política de Desenvolvimento Cultural para a Unicamp <u>DELIBERAÇÃO CONSU-A-16, DE 27-9-2016</u> Fixa Normas e Calendário para a Consulta à Comunidade para a Escolha do Reitor
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>PORTARIA UNESP-405, DE 13-10-2016</u> Regulamenta a Resolução Unesp-78, de 07-10-2016, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil
Defensoria Pública do Estado (DPE)	DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 16-09-2016</u> Dispõe sobre a assistência jurídica a ser prestada pela Defensoria Pública na força-tarefa a ser realizada com a Secretaria de Assistência Penitenciária, objetivando a aplicação do Decreto Presidencial 8.615 de 23-12-2015, entre outros direitos previstos na Lei 7.210/84
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
15/10/2016	<u>PROJETO DE LEI Nº 770, DE 2016</u> Torna obrigatórios o diploma de técnico em radiologia ou Tecnólogo em Radiologia, para a operação de equipamentos e fontes emissores de radiação corpuscular e eletromagnética, bem como o devido uso de equipamentos de proteção individual para o cuidado, preservação

	e zelo da saúde do paciente/cliente, profissionais envolvidos na empregabilidade destas, e dá outras providências. DOE, Legislativo, 15/10/2016, p. 3
12/10/2016	EXPEDIENTE DA 139ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS 30 DE SETEMBRO DE 2016 PROJETO DE LEI Nº 750, DE 2016 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2017
11/10/2016	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 764, DE 2016 Dispõe sobre o oferecimento do exame de colonoscopia em toda rede pública de saúde do Estado de São Paulo e fixa outras providências DOE, Legislativo, 11/10/2016, p. 8
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
14/10/2016	DECRETO Nº 57.380, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 Dispõe sobre a desvinculação de receitas correntes, em conformidade com o disposto no artigo 76-B da Constituição Federal. DECRETO Nº 57.379, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a Política Paulistana de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva. DECRETO Nº 57.378, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016 Regulamenta o enquadramento de atividades não residenciais conforme categorias de uso, subcategorias de uso e os grupos de atividades previstos nos artigos 96 a 106 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; estabelece procedimentos para a aplicação das disposições relativas ao uso do solo fixadas pela referida lei.
12/10/2016	DECRETO Nº 57.377, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016 Estabelece disciplina específica de parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como normas edilícias para Habitação de Interesse Social, Habitação de Mercado Popular, além de Empreendimento de Habitação de Interesse Social, Empreendimento de Habitação de Mercado Popular e Empreendimento em Zona Especial de Interesse Social, nos termos das Leis nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - PDE, e nº 16.402, de 22 de março de 2016 - LPUOS. DECRETO Nº 57.376, DE 11 DE OUTUBRO DE 2016 Regulamenta a expedição do Comprovante de Segurança para Equipamento Cultural Público. COMUNICADO DEC - DOMICÍLIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO PAULISTANO A Lei nº 15.406/2011, regulamentada pelo Decreto nº 56.223/2015 e normatizada pela Instrução Normativa SF/SUREM nº 14/2015, instituiu o DEC – Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano, o qual

	consiste em uma caixa postal para comunicação eletrônica entre a Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico e o contribuinte. Dessa forma, as comunicações desta Secretaria serão feitas por meio eletrônico, dispensando-se a publicação no Diário Oficial da Cidade, a notificação ou intimação pessoal ou o envio por via postal.
--	--

Para informações sobre obrigatoriedade, como se credenciar, prazo para leitura das mensagens e demais informações, acesse a página do DEC no *site* da Secretaria de Finanças.

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista

mevangelista@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva

maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107